



HAL
open science

CAMPONESES E FUNDOS DE PASTO NO NORDESTE DA BAHIA

Eric Sabourin, Patrick Caron

► **To cite this version:**

Eric Sabourin, Patrick Caron. CAMPONESES E FUNDOS DE PASTO NO NORDESTE DA BAHIA. Diversidade do Camponato: expressões e categorias. Vol II Estratégias de reprodução social, pp.89-115, 2009. hal-02837770

HAL Id: hal-02837770

<https://hal.science/hal-02837770>

Submitted on 15 Jun 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

3

CAMPONESES E FUNDOS DE PASTO NO NORDESTE DA BAHIA*

Eric Sabourin e Patrick Caron

INTRODUÇÃO

No norte do Estado da Bahia, chamam-se *fundo de pasto* ou *fecho de pasto* as reservas de pastagem em terras utilizadas para o pastoreio comunitário. Essas terras comuns fazem parte do patrimônio coletivo de comunidades camponesas, como aquelas da pequena região de Massaroca (Juazeiro). Os fundos de pasto estão tradicionalmente associados à pecuária extensiva por meio do pastoreio da vegetação natural da caatinga.¹ Esse modo de exploração dos recursos naturais funcionou durante vários séculos, mas hoje tornou-se mais raro no sertão do Nordeste brasileiro, onde, geralmente, o espaço foi apropriado e cercado de maneira individual.

O texto parte da constatação da permanência de formas de agricultura camponesa, precisamente onde se mantiveram comunidades camponesas, no sentido de Mendras (1978), quer dizer, de sociedades locais, envolvidas por uma sociedade rural cada vez mais integrada ao mercado capitalista global. Para argumentar essa tese, examinamos primeiro a origem histórica dessa agricultura camponesa, no marco do desmembramento das grandes sesmarias do Sertão do São Francisco, a sua reprodução diversificada e la-

* Este texto é fruto de um estudo realizado em parceria com as organizações de produtores de Massaroca (Juazeiro-Bahia), no marco de um programa de pesquisa sobre a agricultura familiar do semi-árido, conduzido pela Embrapa e pelo Cirad entre 1993 e 1998. A análise do manejo do fundo de pasto foi atualizada em 2003.

¹ Caatinga em tupi significa floresta branca. É uma formação muito diversificada em função do tipo de solo – árvores e arbustos espinhosos e do tipo caducifólios (que dão a cor cinza durante a seca), plantas suculentas: cactáceas e euforbiáceas, bromeliáceas terrestres, coriáceas e espinhosas, bem como uma capa herbácea constituída de espécies anuais.

boriosa, no contexto econômico e político hostil dos anos de 1960-1970 e o seu fortalecimento local por meio da negociação pelo movimento sindical, de uma intervenção pública em áreas conhecidas como fundo de pasto e associadas a essas comunidades camponesas. O exemplo do manejo dos fundos de pasto na região de Massaroca ilustra as características da constituição de um campesinato e da evolução das suas formas de organização. Permite também analisar as transformações em curso e tirar ensinamentos mais gerais para a região do Nordeste semi-árido.

A primeira parte do texto tenta explicar essa situação específica, no marco da história fundiária e da emergência de uma agricultura camponesa na região. A segunda parte apresenta o processo de organização e de desenvolvimento local que permitiu preservar os fundos de pasto no sertão da Bahia e, com eles, um sistema de produção e um modo de vida camponês. A terceira parte tira alguns ensinamentos em relação à resistência ou ao projeto de agricultura camponesa num contexto novo.

ORIGEM DO CAMPESINATO NO SERTÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

A agricultura sertaneja foi, por muito tempo, apenas produtora de alimentos para a sua população e as pequenas cidades da região. A produção agrícola era marginal ou concentrada nas zonas mais elevadas e úmidas dos agrestes e dos brejos, às margens da zona semi-árida. A agricultura irrigada é recente e seu potencial é limitado a 5% dos 940 mil km² da região semi-árida, nas terras aluviais dos vales ou várzeas, situadas nas falhas geológicas. A história da agricultura camponesa do sertão nordestino confunde-se, portanto, com aquela da evolução dos sistemas de criação (Caron, 1998).

A colonização do sertão

Os primeiros domínios territoriais no sertão nordestino foram conquistados no século XVII, nas terras das tribos indígenas. Eram verdadeiros impérios, as sesmarias, concedidos pelas capitânias – representando a Coroa portuguesa – aos nobres, aos grandes proprietários, aos senhores da terra. As sesmarias eram medidas em léguas,² de cada um dos lados dos riachos, sem limites físicos determinados. Era comum manter-se uma margem de uma légua, não concedida a ninguém, entre dois domínios, para se evitarem misturas de gado e outros litígios (Garcez e Sena, 1992).

² Uma légua corresponde a cerca de 6 km.

A colonização foi, portanto, marcada pela concentração e imprecisão dos limites fundiários, pelo absenteísmo dos proprietários das terras e pelos fracos investimentos no setor agrícola. O crescimento da produção efetuava-se pela exploração de novas terras. Daí, apareceram os primeiros conflitos, que opunham as grandes famílias entre elas, ou com as comunidades indígenas (Garcez e Sena, 1992).

A ocupação efetuou-se em diferentes datas, segundo as regiões do sertão. As vias naturais de acesso, as características mais ou menos hostis do meio local, a presença de recursos hídricos, bem como a localização estratégica de determinados locais no cruzamento de eixos de comunicação influenciaram nesses processos. No sertão do São Francisco, na metade do século XVII, a maior parte das terras pertencia a duas famílias, Guedes de Brito e Dias d'Ávila. Esta última possuía, em 1710, "mais de 340 léguas de terras nas margens do São Francisco e dos seus afluentes" (Andrade, 1986).

A região de Pintadas, por exemplo, no centro do Estado da Bahia (Figura 3.1), foi explorada apenas a partir do século XIX, ao passo que as regiões vizinhas (Mundo Novo, Baixa Grande) já haviam sido ocupadas desde o século anterior. Pintadas situa-se numa região menos chuvosa, fora dos eixos de comunicação, e não dispunha de uma fonte permanente de água. A pecuária bovina representava a principal atividade econômica. Dependia da exploração extensiva da caatinga por animais de origem portuguesa, chamados *crioulos* ou *pé duro*. A carga animal era baixa, da ordem de uma cabeça para 15 hectares. O proprietário, muitas vezes ausente, confiava ao vaqueiro o cuidado dos bezerros contra os predadores e o trabalho de cavar cacimbas na estação seca. O rebanho divagava solto nas áreas de caatinga não delimitadas. No século XVIII, os centros comerciais apareceram no cruzamento das rotas das boiadas, que conduziam os animais para os centros consumidores de Pernambuco e da Bahia. É o caso de Juazeiro, situado no cruzamento entre as boiadas que ligavam o Sertão Norte e os centros urbanos e, também, o Sertão Sul por meio do eixo fluvial do São Francisco.

A lei da terra, o recuo econômico e o surgimento dos camponeses

Em 1850, a Lei da Terra³ do Brasil impossibilita a obtenção de terras, a não ser por compra. Ela cria o mercado fundiário. A lei é promulgada pelo Estado para realizar um inventário do patrimônio público constituído de terras devolutas. Mas os meios cadastrais são fracos. Os censos, confiados às paróquias, indicam limites imprecisos e registros incompletos (Garcez e Sena, 1992). Aparecem litígios, por exemplo, entre o Estado e a Igreja, sobre as atribuições

³ Lei n.601, de 18 de setembro de 1850 (Decreto de Aplicação n.1.318 de 30 de janeiro de 1854).

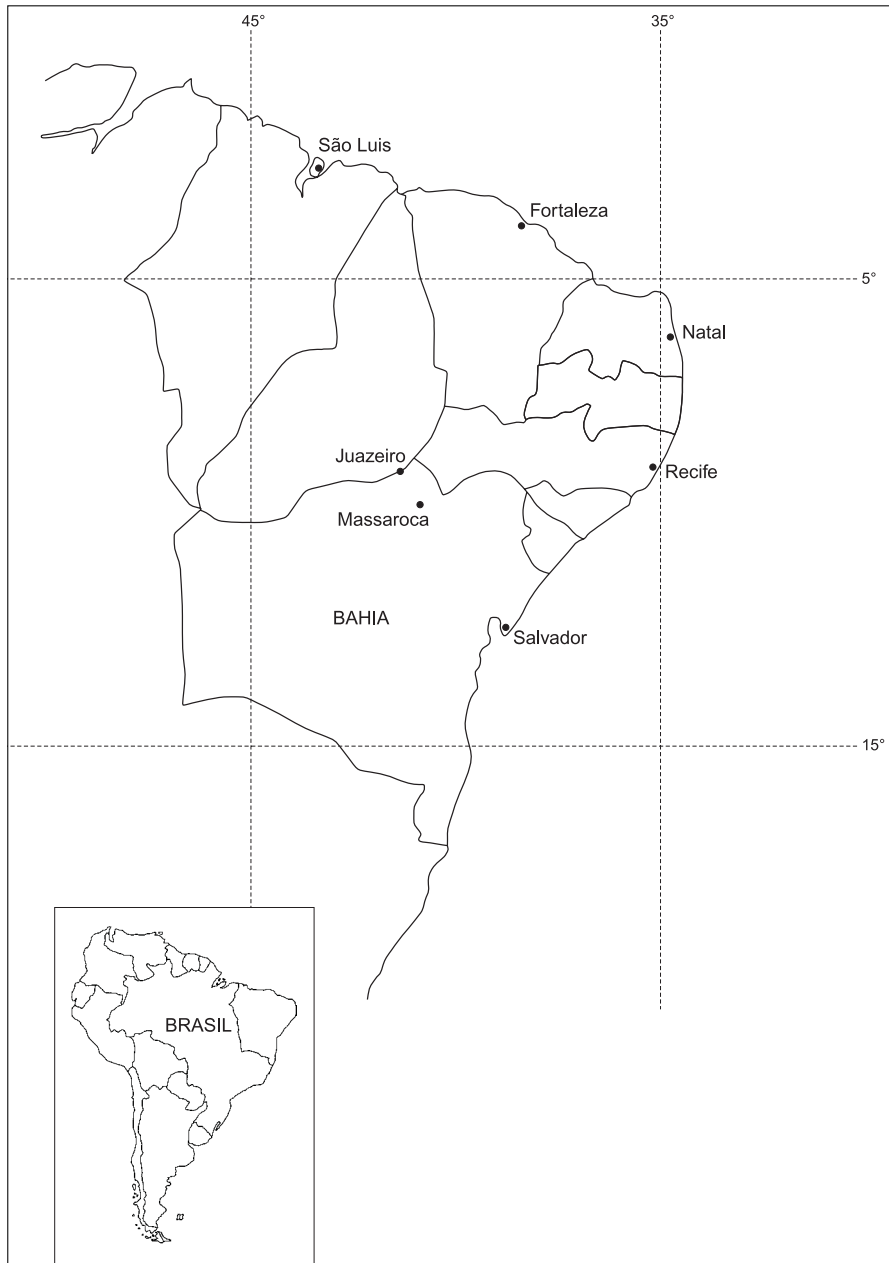


Figura 3.1: Localização da área de estudo.

anteriores da Coroa portuguesa doadas às ordens missionárias, encarregadas de evangelizar as comunidades indígenas, que lhes atribuía o direito de coletar o imposto. A municipalidade de Juazeiro opõe-se, assim, desde 1840 à paróquia local. A separação da Igreja e do Estado com a proclamação da República, no fim do século XIX, complica a situação. No caso de Juazeiro, o litígio só será resolvido em 1927, pela demarcação dos perímetros respectivos da paróquia e do município (Garcez e Sena, 1992). Votada sob a pressão de certos grandes proprietários preocupados em limitar as ocupações ilegais de terras, cada vez mais freqüentes, a Lei da Terra traduz-se, de fato, pela instalação de numerosas famílias. Ela regulariza a situação dos ocupantes. Permite legalmente aos vaqueiros comprar terra dos fazendeiros e instalar-se com o rebanho constituído pelo sistema de remuneração em gado. O vaqueiro recebe um bezerro sobre quatro segundo a prática de quarteação.

No decurso do século XVIII, o crescimento da mineração no Estado de Minas Gerais e a crise do setor açucareiro acarretaram uma crise na economia nordestina e o deslocamento da produção bovina para o Sul do Brasil (Furtado, 1981). Os grandes latifúndios começaram a ser fracionados devido à ausência dos proprietários e à crise da pecuária bovina no Nordeste.

No sertão do São Francisco, de clima muito seco, ocorreram fenômenos de abandono de terras. As áreas vizinhas ao rio que ofereciam oportunidades de produção mais interessantes concentraram os investimentos. Depois da Lei da Terra, os pequenos proprietários e camponeses começaram a estabelecer-se. Comunidades apareciam e materializavam-se em sítios nas proximidades dos poços. A existência de fontes d'água (riachos temporários, "caldeirões", lagoas) permitia a instalação das famílias. Foi o que aconteceu na pequena região de Massaroca, onde as famílias dos vaqueiros se instalaram nas terras dos ex-donos, conservando o nome da antiga fazenda para o sítio ou a comunidade (Tonneau, 1994). Atualmente, seus membros são os descendentes dos primeiros ocupantes ou dos compradores das antigas fazendas. O primeiro recenseamento de terras privadas, realizado entre 1857 e 1860 pela paróquia de Juazeiro, evidencia "o pouco número de latifúndios que superaram a crise e o seu tamanho reduzido" (Garcez e Sena, 1992). Assim, numerosos vaqueiros, mestiços, escravos alforriados ou ex-condenados tomaram posse de terras situadas entre as sesmarias ou mesmo inexploradas (Prado Júnior, 1960).

Uma economia camponesa, em parte dependente do mercado regional, surgiu e desenvolveu-se em pequenas unidades agrícolas, cada vez mais numerosas. Nas zonas mais áridas, os caprinos, mais adaptados às secas e às necessidades de consumo das famílias, eram preferidos aos bovinos. As incertezas climáticas tornavam aleatória qualquer atividade agrícola, na maioria dos casos, para prover as necessidades de consumo. As culturas ocupavam pequenas áreas cercadas. Certos produtos, como queijo, sementes de mamona e pequenos ruminantes, eram vendidos para comprar outros: pimenta-do-reino, sal, tecidos, café, entre outros.

As frentes pioneiras, a apropriação do espaço e a modernização agrícola

Desde o início do século XX, o crescimento demográfico traduz-se por uma pressão sobre o espaço, em particular sobre os pastos na caatinga. A falta de forragem na época das secas leva grandes proprietários a cercar suas terras a partir dos anos 1920, ainda mais porque os primeiros zebus introduzidos nessa época são menos resistentes às condições climáticas do sertão. Inicia-se a apropriação individual de recursos explorados até então coletivamente. A difusão de plantas perenes permite o aproveitamento de novas oportunidades de mercado. Elas exigem menos mão-de-obra do que os cultivos alimentares.⁴ O plantio de alguns hectares todos os anos permite marcar o território e estender as áreas das “propriedades”. É o caso do algodão em arbusto, desde a Guerra de Secessão. É também o caso do sisal ou da mamona, a partir de 1950, no sertão central da Bahia. É, enfim, o caso da produção de forragem, a partir dos anos 30, para a palma forrageira (*Opuntia* sp.) e nos anos 70 para as gramíneas, como o capim *buffel* (*Cenchrus ciliaris*).

O arame farpado que substitui as cercas de madeira, a partir dos anos 60, permite cercar mais rapidamente grandes áreas e demanda pouca manutenção e mão-de-obra.

A estrutura rural local e a presença ou ausência de grandes fazendeiros condicionam as dinâmicas pioneiras. A presença de fazendeiros acentua a pressão sobre o espaço e seus recursos. Eles são os primeiros que historicamente cercam os espaços, graças aos meios financeiros dos quais dispõem ou que podem mobilizar, por meio de projetos públicos de desenvolvimento. Durante a estação das chuvas, seus animais pastam em terras não cercadas, e, na estação seca, alimentam-se da produção de forragem dos pastos cercados. A pressão sobre os recursos acarreta, então, uma generalização rápida da instalação de cercas. Conflitos acontecem frequentemente. Alguns, provocados pela colocação selvagem de cercas em terras que não pertencem a ninguém. Trata-se da grilagem,⁵ que acaba seja em banho de sangue, seja em resignação do proprietário lesado, real ou suposto. Outros têm como base novas regras jurídicas: a lei do “pé alto” é especialmente exemplar a esse respeito. Ao passo que anteriormente a situação que prevalecia obrigava aquele que cultivava a proteger seus campos, em 1964, em alguns municípios, como Pintadas

⁴ As áreas de culturas anuais continuam escassas e raramente ultrapassam dois ou três hectares por unidade familiar. O trabalho é manual, e a exigência de mão-de-obra é grande, em particular para as cercas de madeira necessárias à proteção das culturas.

⁵ Grilagem: apropriação fraudulenta de terras, frequentemente violenta, que se traduz pela expulsão dos ocupantes dessas terras. Grileiro (aquele que se apropria das terras) e grilagem vêm de grilo, pois os fazendeiros que usavam esta prática colocavam os falsos títulos das propriedades em gavetas cheias de grilos, para que ficassem amarelados e parecessem antigos.

e Ipirá, os pecuaristas conseguiram fazer votar um decreto municipal para a aplicação de uma lei federal, que obrigava os criadores a controlar seus animais, impedindo-os de vaguar. Assim, em vez de cercar suas pastagens com sete a dez fios de arame farpado para impedir a entrada de pequenos ruminantes, eles podiam reduzir o investimento a quatro fios, suficientes para os bovinos, pois o deslocamento dos animais estava controlado. Tal obrigação transformou-se, freqüentemente, para aqueles que dispunham dos meios, em apropriação: “a terra pertence àquele que a cerca”. Assim surgiram inúmeros casos de grilagem, que foram seguidos de conflitos.

Os espaços diversificam-se. No Nordeste eles são, em geral, inteiramente divididos por cercas. Os sistemas técnicos de produção, suportes e conseqüências dessas transformações evoluem. O desflorestamento e o cultivo das áreas de caatinga aumentam. Assistimos à generalização das cercas de três ou quatro fios de arame farpado. Os pastos de gramíneas forrageais espalham-se consideravelmente. Eles permitem o aumento da capacidade de pastagens e, em certos casos, reconversão para a produção leiteira. Essas evoluções são acompanhadas pelo crescimento rápido das pequenas propriedades rurais, os minifúndios. Na verdade, não há mais novos espaços a serem colonizados, e os patrimônios territoriais continuam a dividir-se em ritmo acelerado. Aqueles que não conseguem se adaptar se tornam assalariados agrícolas ou migram para o Sul ou para as frentes pioneiras na Amazônia. O desmoronamento da cotação de produtos agropecuários de cultivo seco, a partir dos anos 80, provoca uma reconversão de inúmeros produtores para a pecuária, grande consumidora de espaço.

As evoluções e recomposições desenvolvem-se num contexto de incerteza fundiária. Até a década de 1980, a maioria dos camponeses não possuía título de propriedade.

Essas imprecisões legais acarretaram conflitos jurídicos nos quais se vê o ressurgimento de títulos de propriedade datando da monarquia. Tais imprecisões são acompanhadas por uma ausência de delimitação física: os limites territoriais estão freqüentemente sujeitos a conflitos. O aparato regulamentar do Estado é deficiente, prevalecendo a lei do mais forte.

A permanência dos fundos de pasto

No sertão norte da Bahia não se observava cerca de forma generalizada até a década de 1970. Por causa do clima seco, os fazendeiros estiveram menos presentes, e a pressão sobre o espaço foi mais tênue. O uso coletivo das áreas dominava, não sendo questionado devido ao aumento relativamente lento da densidade demográfica. As culturas alimentares anuais (milho, feijão, mandioca), com rendimento aleatório, eram praticadas para o autoconsumo em pequenas áreas cercadas.

De acordo com Garcez (1987), as terras de uso coletivo constituem uma forma de organização social, característica das comunidades camponesas do sertão do São Francisco, no norte do Estado da Bahia. Remanescente de práticas tradicionais de exploração do meio, a reserva de pasto corresponde à figura jurídica do “compascuus”, “fundo de pasto”⁶ ou, ainda, *campos*, não tendo uma realidade jurídica única. Pode-se tratar de um uso concedido por um grande proprietário, de um acordo entre proprietários vizinhos, da exploração coletiva de terras devolutas ou de terras compradas ou ocupadas por um criador cujos descendentes são os membros atuais da comunidade. No último caso, geralmente não existe divisão do território entre os membros. Isto permite evitar o surgimento de conflitos de ordem patrimonial intra ou interfamiliar que ameaçariam a reprodução dos sistemas de criação.

Nos lugares onde foram mantidos os fundos de pasto, os sistemas de produção foram profundamente transformados a partir dos anos 70 (Silva et al., 1994). A “modernização” agrícola da região está marcada por dois fenômenos. Primeiro, os sistemas de produção das comunidades camponesas conheceram um desenvolvimento da agricultura de sequeiro, das cercas e das áreas forrageiras. Segundo, a apropriação individual das terras intensificou-se, provocando conflitos. As comunidades locais e as autoridades municipais ou regionais implementaram diversas estratégias para preservar e valorizar melhor esse patrimônio hereditário, adaptando-se às condições novas. Procuram-se respostas ao que Bourbouze e Rubino (1992) chamam “o vasto problema das terras sem donos, onde os sistemas de uso comunitário dos recursos, organizados de maneira coletiva, entram em conflito com estratégias complexas de apropriação, transmissão e repartição”.

ORGANIZAÇÃO CAMPONESA E MANEJO DOS FUNDOS DE PASTO EM MASSAROCA

A partir dos anos 70 no sertão da Bahia, a intensificação da integração ao mercado, a inflação crescente com a transferência de investimentos para os imóveis e os primeiros projetos de irrigação no vale do São Francisco estimularam novas especulações sobre as terras (Garcez, 1987). Tudo isso resultou em uma acentuada pressão sobre o território, legal ou não, e uma dinâmica de apropriação individual de superfícies até então utilizadas como fundo de pasto.

No município de Juazeiro (Bahia), devido à proximidade do rio São Francisco, as especulações fundiárias são intensas, principalmente nas extensões da irrigação, levando ao surgimento de conflitos. Poder-se-ia esperar

⁶ Por oposição às roças próximas das moradias, os pastos ficaram no “fundo” da fazenda.

uma repetição histórica dos fenômenos conhecidos em outras partes do Nordeste, a saber, a apropriação fundiária privada e individual por meio das cercas. Entretanto, as estratégias camponesas dos pequenos criadores e as propostas institucionais deram lugar a formas originais de gestão das áreas comuns, e, também, a uma adaptação regional da política de reforma agrária. O caso das comunidades do distrito de Massaroca é aqui analisado como ilustração dessa dinâmica que teve lugar no conjunto no nordeste da Bahia desde o município de Euclides da Cunha, até aqueles de Remanso e Sobradinho, na fronteira com os Estados de Piauí e Pernambuco, passando pelos municípios de Canudos, Senhor do Bonfim, Uauá, Jaguaribe etc. Massaroca é um dos sete distritos do município de Juazeiro, localiza-se a 57 km da sede municipal, em direção ao sul e é a imagem viva da grande diversidade de situações ambientais observadas no trópico semi-árido brasileiro.

Tabela 3.1 Dados sobre Juazeiro e Massaroca

Crítérios	Superfície (km²)	População urbana (1991)	População rural (1991)	N. estabel. (1991)	Caprinos (1995)	Ovinos (1995)	Bovino (1995)
Município de Juazeiro	5.614	101.288	27.403	2.400	547.185	168.514	41.450
Distrito de Massaroca	1.017	779	2.146	215	30.000	8.500	900

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 1991, 1995.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO

A criação extensiva de pequenos ruminantes encontra-se estreita e historicamente associada ao fundo de pasto. De fato, trata-se de um espaço aberto de uso coletivo dos recursos naturais, “que é o sítio de extrações diversas, acessíveis a todos os membros da comunidade: pasto, mas também madeira, extrativismo (frutos do umbuzeiro *Spondia tuberosa*, mel) e caça” (Caron et al., 1994). O fundo de pasto constitui uma extensão diferenciada de vegetação natural. Ele é dividido em zonas de usos diversificados: reservas forrageiras ou fundiárias, áreas de percursos para os animais e áreas protegidas. As parcelas individuais cercadas são destinadas aos cultivos alimentares (milho, feijão, mandioca). Freire Vieira e Weber (1997) evocam, assim, de maneira global “a apropriação dos recursos, entre os quais os direitos sobre o solo são parciais e a propriedade, apenas um caso particular”. Esta é uma característica fundamental do fundo de pasto. Mais que uma propriedade

coletiva, ele teve por origem uma ausência de propriedade e um direito de uso generalizado entre os membros de uma mesma comunidade. Essas sociedades desenvolveram direitos que reportam essencialmente sobre os recursos naturais, e não sobre o solo (Vieira e Weber, 1997). Sabe-se que tais sistemas correm perigo quando seus recursos encontram um mercado (Hardin, 1968).

Até a década de 1950, a pecuária bovina era a principal atividade. Após esta década, com a redução do tamanho das propriedades, o acesso ao mercado, as estradas, os curtumes e a valorização dos pequenos animais (carne e couro), a exploração pecuária evoluiu para paridade em termos econômicos entre bovinos e caprinos ou ovinos. Hoje em dia, a criação dos pequenos ruminantes continua sendo a principal fonte de renda, superando geralmente a do rebanho bovino.

Graças à construção da rodovia Salvador-Juazeiro nos anos 50, apareceram alguns cultivos de renda, a exemplo do algodão, mamona, sisal e, hoje, melancia de sequeiro. No entanto, o sistema de produção dominante continua sendo a pecuária extensiva em campo aberto. Com a diversificação da agricultura e a integração ao mercado, as áreas cercadas para os cultivos aumentaram, enquanto as áreas de caatinga são sempre destinadas à criação do rebanho. Os recursos hídricos de superfície são restritos a riachos temporários e algumas lagoas e caldeirões de pedras que secam na época de estiagem. Os recursos em água subterrânea são de substancial importância, porém com água, por vezes, salobra. São utilizáveis para o consumo animal e eventualmente para pequenas irrigações de salvação. A prática de um sistema de produção semelhante não exclui diferenças de situações entre os agricultores, mesmo dentro da comunidade camponesa. Tonneau (1994) resume esta diferenciação em três grandes tipos, correspondendo às principais lógicas de produção (Quadro 3.1).

Quadro 3.1 Os tipos de produtores em Massaroca

<p>A lógica de sobrevivência</p> <p>É aquela dos minifundistas (1 a 3 ha) que associam aos cultivos alimentares cinco a dez caprinos-ovinos. O agricultor vende mão-de-obra para sobreviver e fica dependente dos mais velhos, dos mais ricos ou de patrões.</p>
<p>A lógica de produção diversificada</p> <p>Capitalizando progressivamente na compra de terra por herança ou da mão-de-obra familiar, o agricultor mantém um equilíbrio entre cultivos alimentares, de renda (melancia, mamona) e forrageiros para uma pecuária diversificada. São produtores ainda jovens, promotores e primeiros beneficiários das ações de desenvolvimento local.</p>
<p>A lógica de renda</p> <p>Com a integração ao mercado de carne e peles, de frutas e grãos, o autoconsumo diminui; o agricultor conta com as suas rendas para resistir às diferentes crises. Toma crédito, recorre à mão-de-obra assalariada temporária.</p>

EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO CAMPONESA EM MASSAROCA

A comunidade, tradicionalmente dirigida por um conselho de chefes de família, regula o acesso aos recursos coletivos: a terra, em particular os pastos comunais, a água e os equipamentos comuns. Ela trata dos casos de litígio nos contratos de meias. Suas competências estendem-se às práticas de redistribuição e trocas de trabalhos ou de solidariedade interfamiliar (doações de alimentos e auxílios em trabalhos no caso de colheitas mal-sucedidas, doença ou acidente em alguma das famílias). Os agricultores reconhecem que, devido às repetidas secas, nos últimos anos, as famílias só se reúnem de maneira espontânea para ajudar um vizinho em dificuldades ou nos raros momentos de abundância relativa. É aí, então, que são pagas as promessas feitas ao santo padroeiro da comunidade ou a um dos santos populares da região (São Gonçalo, São Cristóvão), com danças e rodas, para as quais são convidados os vizinhos e amigos (Sabourin, 2003).

A organização social comunitária está ainda marcada por duas características: o parentesco e a reciprocidade (Sabourin, 2001a). O parentesco é onipresente. Em Massaroca, todos são primos. Como efeito do sistema de herança por divisão igualitária do patrimônio e de casamentos intralocais, as comunidades reúnem os familiares⁷ dos descendentes do proprietário de uma antiga fazenda desmembrada no século passado. Na comunidade da Lagoinha, em 1991, em cada cem habitantes, somente sete não descendiam do antepassado fundador.

A reciprocidade corresponde a um princípio econômico e social de alocação de recursos, identificado por Polanyi (1944) e Lévi-Strauss (1967) e qualificado por Temple (1997) como o redobramento de uma ação ou de uma prestação. Nas sociedades camponesas, ela se caracteriza essencialmente por formas de reciprocidade produtiva ou de solidariedade na produção, pelo compartilhamento dos recursos e pela redistribuição de produtos (grãos, forragens, alimentos). Ela se expressa segundo duas dinâmicas distintas, freqüentemente conjugadas ou paralelas (Temple, 1983).

Por um lado, as formas de reciprocidade vertical são marcadas pela hierarquia. Em Massaroca, a idade constitui a forma de hierarquia mais freqüente. A concentração do poder ocorria em torno de um centro de redistribuição (Temple, 1983): tradicionalmente, o chefe de família era o proprietário ou o patrão.

Antigamente, essas formas de reciprocidade davam também lugar a relações assimétricas. O grande proprietário remunerava seus vaqueiros e trabalhadores cedendo-lhes terras em sistema de meeiro (Andrade, 1986). Em contrapartida, ele os protegia contra os bandidos (a região foi marcada

⁷ Vinte famílias em média.

pelo cangaço) ou lhes distribuía água em caso de seca. Apesar do acesso dos camponeses à terra, tais formas de dependência perpetuam-se no mundo rural nordestino por meio de diversas expressões do paternalismo ou do clientelismo político, mantidas por grandes proprietários ou lideranças políticas locais (Lanna, 1995; Lena et al., 1996).

Por outro lado, as formas de reciprocidade horizontal expressam-se, geralmente, pela ajuda mútua entre as famílias, comunidades ou outros grupos segmentares. Trata-se do *mutirão*,⁸ de convites de trabalho chamados “batalhão” em Massaroca e, também, do *compadrio*, que permite o cruzamento de relações parentais e de alianças amigais fortes, intra ou extracomunitárias.

O termo *mutirão* designa dois tipos de cooperação camponesa. Uma concerne os bens comuns e coletivos (construção ou conservação de estrada, escola, barragem, cisterna), a outra, os convites de trabalho para o benefício de uma família, geralmente trabalhos penosos (desmatar um campo, erguer uma cerca, construir uma casa etc.).

O número de diárias de uma família não é contabilizado para ajudas mútuas. No caso das tarefas coletivas, a pressão social pressupõe a participação de todas as famílias da comunidade. Os homens jovens e adultos são mobilizados para o trabalho pesado, as crianças e os adolescentes, para a limpeza das fontes de água, as mulheres, para descascar mandioca antes da farinhaada.

Essas práticas de reciprocidade foram construídas e fortalecidas quando do aparecimento da agricultura camponesa e da colonização de novas terras no fim do século XIX e no começo do século XX. Na região de Massaroca, de acordo com os agricultores, elas se reduziram entre 1940 e 1970, durante uma fase de consolidação da pequena agricultura em torno da família nuclear. A monetarização das relações e a penetração da economia de intercâmbio mercantil concorreram para reforçar as estratégias individuais.

Formas de solidariedade na produção reapareceram nos anos 70, sob a influência da Igreja Católica. Foi a época das Comunidades Eclesiásticas de Base, que consagraram o termo de comunidade (Tonneau, 1994). Desde então, a comunidade reúne “as famílias que rezam juntas”. Esta denominação, aliás, não se limita às comunidades católicas; a comunidade de Caldeirão do Tibério reúne, por exemplo, exclusivamente famílias evangélicas. Com o fim da ditadura, a retomada da reforma agrária e os projetos especiais de apoio à pequena produção rural da década de 1980, o Estado, no rastro da Igreja, passou a apoiar as organizações comunitárias, por meio de diversas formas de investimento coletivo e de incentivo financeiro (Sabourin et al., 1995).

Pode-se resumir a dinâmica de organização social no século XX na região de Juazeiro-Massaroca, em três fases:

⁸ Palavra de origem tupi, literalmente, “colocar a mão no trabalho”, significa ajuda mútua.

- a) No começo do século, a coabitação entre grandes propriedades e pequena produção camponesa dependente (meeiro, arrendamento) deu lugar a estruturas camponesas dominadas, coexistindo formas de reciprocidade vertical e horizontal.
- b) Em meados desse século, um fechamento da identidade camponesa, associado a opções de compra individual da terra, favoreceu o surgimento de dinâmicas familiares construídas em torno da célula de base, e muito menos em torno da família extensa, sob a tutela do patriarca. Correspondeu a uma das formas de consolidação da agricultura familiar camponesa no Nordeste do Brasil: a da autonomia e da subsistência que, no caso de Massaroca, foi também ligada aos ciclos de migração temporária no Sul do país que permitiram a vários agricultores capitalizar para a compra de terra e gado.
- c) Os anos de 1970-1980 correspondem a uma modernização da reciprocidade camponesa por vias comunitárias e associativas, mas num contexto novo, com a intervenção de instituições externas, essencialmente a Igreja e o Estado (Sabourin, 2001b). Concretamente, para manter certas relações de reciprocidade em torno da ajuda mútua e do manejo de recursos comuns, as famílias camponesas tiveram que recorrer a novas estruturas de organização social e econômica: essencialmente, a comunidade (como evolução da antiga fazenda patriarcal) e a associação de produtores (para conseguir a atribuição dos títulos de propriedade coletiva das áreas comuns e financiamentos de infra-estruturas comunitárias). Para garantir as relações de reciprocidade, as regras anteriores foram-se adaptando às novas regras de funcionamento das estruturas “modernas” que constituem a comunidade, a associação ou a federação de associações (Sabourin, 2001a e 2003).

Essas etapas, formalizadas em relação a dinâmicas locais, podem ser verificadas na reconstrução participativa da trajetória de desenvolvimento da pequena região (Quadro 3.2, Silva et al., 2000).

Quadro 3.2: Etapas da trajetória de desenvolvimento das comunidades rurais de Massaroca-BA

1. Ocupação e apropriação fundiária de 1807 a 1950

Os primeiros vaqueiros instalam-se na proximidade das fontes de água. A partir de 1850, a Lei da Terra permite legitimar essa ocupação. As fazendas estão divididas entre os herdeiros, sem registro dessas transmissões. O fundo de pasto permanece como propriedade indivisível da família. As famílias vivem principalmente da pecuária extensiva praticada em pastagem livre e para o autoconsumo, de cultivos alimentares produzidos em pequenas parcelas cercadas. A construção de uma ferrovia traduziu-se por uma intensificação dos cortes de madeira no início do século XX.

Continua

Quadro 3.2: *Continuação*

2. Produção agrícola e integração regional de 1950 a 1982

A construção da estrada Salvador-Juazeiro, unindo o sertão com o Sul do país, permite o escoamento dos produtos agropecuários. Os cultivos desenvolvem-se até em lugares distantes como as serras colonizadas a partir de 1970. Além do autoconsumo, essas culturas são destinadas à indústria (algodão, sisal, mamona) ou aos mercados locais (mandioca, melancia). As cercas e as culturas são exigentes em mão-de-obra e existe pouca força de trabalho disponível. As migrações, definitivas ou temporárias, intensificam-se no período da industrialização do Sul do Brasil, especialmente durante as fases de seca.

3. Intervenção externa, cercas e diferenciações a partir de 1982

Num contexto de abertura democrática, Igreja, extensão rural e pesquisa apóiam-se na criação de associações, capacitação a novas técnicas e assumem um papel de intermediários entre as associações e os poderes públicos. A maioria das mudanças técnicas (alimentação animal, cultivos forrageiros, infra-estruturas hídricas) e econômicas apóia-se na extensão das áreas cercadas, levando a processos de diferenciação entre as unidades de produção. O contexto econômico nacional muda. A migração dos jovens para o Sul do país não permite mais acumular, mas permanece como o último recurso possível em caso de seca prolongada.

UMA INTERVENÇÃO PÚBLICA ORIGINAL: O PROJETO FUNDO DE PASTO

A partir de 1982, no quadro da política de reforma agrária,⁹ o Instituto de Terras da Bahia (Interba) tornou-se responsável pela execução de um projeto de regularização dos títulos fundiários financiado pelo Banco Mundial, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pela Companhia de Desenvolvimento e de Ação Regional do Estado da Bahia (CAR). As especulações em torno dos fundos de pasto levaram essas instituições a proporem ações de apoio financeiro e técnico, ultrapassando o objetivo inicial de regularização fundiária e de cadastramento das terras públicas (Garcez, 1987).

Sob o aspecto jurídico, a situação era pouco segura. Geralmente, não existiam títulos de propriedade oficiais, nem individuais nem coletivos. Tratou-se, por parte do Estado, de uma legalização das práticas rurais e das formas de uso comunitário dos recursos via propriedade coletiva ou associativa. Juridicamente, os agricultores de uma mesma comunidade ou usuários de uma área determinada de fundo de pasto constituem uma associação de direito civil sem fim lucrativo. Esta lhes garante um título de propriedade coletiva equiparado à legislação de reforma agrária. Com esse título, a associação comunitária e também os produtores membros, individualmente, almejam as vantagens dos beneficiários dos projetos de

⁹ A constituição do Estado da Bahia prevê no art. 178 a concessão de uso, gravando cláusula de inalienabilidade à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, nas áreas de fundos de pasto.

reforma agrária: ajudas financeiras subsidiadas para investimentos produtivos individuais (cerca, formação de pastos artificiais) e coletivos (campos comunitários, casas de farinha de mandioca) e assistência técnica pública¹⁰ (Sabourin et al., 2001).

IMPACTO DA INTERVENÇÃO E GESTÃO DOS FUNDOS DE PASTO EM MASSAROCA

É no contexto dessa intervenção que ocorre a evolução da gestão das terras de fundo de pasto. Há uma convergência de interesses entre os programas do Estado, os projetos das comunidades camponesas e os outros atores que intervêm localmente, tais como a Igreja, os sindicatos agrícolas e os técnicos dos serviços de apoio:

- a) Os agricultores reagrupados e unidos em torno das comunidades de base buscam preservar seus sistemas de produção baseados no acesso às áreas de pastoreio, em um contexto de insegurança exacerbada. Na região de Massaroca, isto se deve às especulações fundiárias geradas pela concepção de um projeto de irrigação, o *Salitrão*, cujo primeiro traçado compreende as áreas de fundo de pasto de várias comunidades.
- b) O Estado procura fixar e assegurar os pequenos produtores na zona rural, integrando-os à economia nacional.
- c) A Igreja Católica, os sindicatos agrícolas e as organizações não-governamentais (ONGs) “defendem” os camponeses. Com o desaparecimento dos *coronéis*, eles se afirmam como novos intermediários entre o Estado e os agricultores. Procuram promover a autonomia das comunidades, mas exercem novas formas de poder e de tutela sobre os pequenos produtores que se tornaram eleitores (Sabourin et al., 1996). Essas duas estratégias podem igualmente se achar dialeticamente associadas, como é freqüente no caso das tutelas ideológicas, exercidas pela Igreja Católica, os partidos políticos ou os sindicatos agrícolas.

Várias associações foram criadas entre 1982 e 1987. Nove delas¹¹ foram confederadas, em 1989, em uma organização supracomunitária, o Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM). Constituído como instrumento de defesa dos interesses coletivos, o Comitê elabora um projeto de desenvolvimento local da região de Massaroca (Caron et al., 1988; Tonneau, 1994). Este compreende a mobilização de recursos para a implantação

¹⁰ Essas diversas formas de apoio foram implementadas, essencialmente nos anos 80, por meio de projetos especiais: Polonordeste, Padre Cícero e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP).

¹¹ Cachoerinha, Caldeirão do Tibério, Canoa, Cipó, Curral Novo, Juá, Lagoa do Angico, Lagoa do Meio e Lagoinha.

de infra-estruturas, de ações de apoio à produção por meio da atribuição de créditos e de intervenções sociais e culturais, em particular em matéria de formação e de educação. Sete das nove comunidades do CAAM dispõem de áreas de fundo de pasto. Elas representam cerca de uma centena de hectares por família. Mas, no momento, somente as comunidades de Lagoinha, Cachoeirinha e Curral Novo possuem um título de propriedade (Tabela 3.2). Em duas comunidades, Cipó e Caldeirão do Tibério, o fundo de pasto está delimitado, mas em razão de litígios, o título de propriedade ainda não está registrado. Os trabalhos de cadastro não puderam ser realizados nas comunidades de Lago do Meio e Juá, no entanto, dotadas de associações.

Tabela 3.2 Repartição das terras em quatro comunidades da região de Massaroca

Comunidades	Superfície fundo de pasto (ha)	Área de propriedade individ. legalizada (ha)	Total de superfícies legalizadas (ha)	Situação legal do fundo de pasto	Nº de famílias
Cachoeirinha	1.336,58	811	2.150	Em curso litígio	10
Curral Novo	1.393,65	546	1.940	Titularizadas	20
Cipó	1.203,65	243	1.446	Litígio	13
Lagoinha	2.246,41	847	3.095	Titularizadas	27

Fonte: Instituto das Terras da Bahia (Interba), 1991.

Em um primeiro momento, os projetos administrados pelas associações e pelo Comitê concerniam apenas indiretamente à gestão dos fundos de pasto. Mas, rapidamente, as ações de apoio à criação e à concessão de créditos têm acelerado a dinâmica de cercamento dos espaços individuais, reduzindo por si mesmo as áreas de pastoreio comum. Caron et al. (1994) mostram como os criadores de Massaroca manejam a pressão do risco climático, para a alimentação dos rebanhos, pela utilização racional, no tempo, de dois tipos de espaço descontínuos: “a) o espaço cercado das propriedades de uso individual, cultivado ou não; b) o espaço aberto constituído de áreas coletivas, de reservas fundiárias comunitárias de direito costumeiro destinadas à instalação dos jovens e das terras individuais não cercadas”.

Isso vale para o conjunto das associações. Até hoje, aquelas que não dispõem de fundos de pasto reconhecidos têm acesso àqueles das comunidades vizinhas. Enfim, como a grande maioria das propriedades individuais não está cercada, essas áreas são pastoreadas coletivamente.¹²

Os jovens não têm procurado se instalar apenas em áreas de fundo de pasto por duas razões: são vertissolos, que não permitem reservas de água

¹² Por essas razões, a noção de carga animal por superfície não tem nenhuma significação no âmbito da comunidade.

para cultivos anuais (sem irrigação), ao contrário dos solos bruno não cálcico (carrasco) ou das areias (regossolos). No momento da sua instalação, os jovens cercavam terras individuais ainda abertas na proximidade das sedes das comunidades situadas em solos de carrasco ou areias.

O cercamento é o suporte de estratégias complexas de apropriação e de valorização do espaço. Uma terra pode ser cercada para o plantio de cultura de subsistência ou de renda. O criador que cerca uma terra para instalar um pasto artificial associa as plantas forrageiras aos cultivos anuais de subsistência ou de renda, quando a qualidade do solo o permite. Quando a produção das culturas de renda é satisfatória, o rendimento importante, mas aleatório, permite que se recupere em um ou dois anos o investimento realizado. Depois de um, dois ou três anos durante os quais os restos de cultura foram utilizados para a alimentação animal, os pastos estão prontos. O criador vai então colonizar novas terras e a frente pioneira avança.

Tradicionalmente, os criadores deixam os ruminantes (ver efetivos na Tabela 3.3) na *caatinga* seguindo diversas modalidades, de acordo com a época e o número de animais. Entretanto, essa prática de manejo é mais limitada à estação verde. A importância crescente das superfícies cercadas e a pressão sobre as pastagens modificaram a condução do rebanho na estação seca. Como salientam Bourbouze e Rubino (1992), as transformações, por sua vez, são acompanhadas de “uma regressão da mobilidade e de uma mudança nos modos de deslocamento e de transformação dos sistemas de alimentação dos animais”. O crédito, essencialmente dedicado aos projetos de pecuária, pela implantação de pastagens, tem reforçado a intensidade do fenômeno de apropriação privada do espaço. As avaliações confirmam uma aceleração do processo de acumulação pela cerca e, evidentemente, de diferenciação socioeconômica entre os produtores (Choudens, 1992; Sabourin et al., 1996).

Tabela 3.3: Estimativa de rebanhos por comunidade

Comunidade	Ovinos	Bovinos	Caprinos	Total UA¹³
Cachoeirinha	300	150	2.700	750
Curral Novo	500	60	2.500	660
Lagoinha	420	250	2.500	860

Fonte: Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (1996).

Se, originariamente, uma dinâmica associativa e um consenso social permitiram a legalização dos direitos de propriedade das áreas comuns, o mesmo não é válido no que concerne aos investimentos e às arrumações que poderiam ser realizadas (Caron et al., 1994). Várias estratégias se destacam (Caron, 2001):

¹³ 1 bovino = 1 Unidade Animal (UA); 1 pequeno ruminante = 0,2 UA.

- a) A estratégia “tradicional” anti-risco se mantém. Certas comunidades ou certas famílias em seu seio preferem optar pelo “resguardo” relativo das áreas comuns para fins de reserva forrageira para os anos de seca e de reserva fundiária para a instalação dos jovens. Esta estratégia de espera prudente é acompanhada de uma ausência de investimentos, mesmo de recursos hídricos.
- b) As comunidades de Juá e de Lagoa do Meio dispõem de vastas áreas comuns não delimitadas oficialmente e sem título de propriedade. E continuam a gerenciá-las segundo a estratégia costumeira que prevê acolher rebanhos de agricultores atingidos pela seca. Em nome da solidariedade camponesa, fazendeiros do município vizinho de Senhor do Bonfim utilizaram e abusaram da hospitalidade dos pequenos agricultores da comunidade de Juá, que colocaram em perigo suas próprias reservas forrageiras. Esta prática se monetarizou recentemente. Em teoria, os criadores remuneram uma família ou um agricultor para ter acesso a suas pastagens individuais. Mas, na ausência de cercas, os animais espalham-se pelo fundo de pasto da comunidade.
- c) Em decorrência disso, a comunidade de Cipó, mais ameaçada¹⁴ pelos especuladores e outros invasores, optou por uma estratégia de defesa ativa, com o fechamento das áreas comuns situadas na divisa com o projeto de irrigação Salitrão. Este procedimento coloca a questão da solidariedade intercomunitária no caso das comunidades cujos fundos de pasto se comunicam, como Lagoinha e Curral Novo. De fato, uma seca pode afetar mais severamente uma ou outra comunidade em razão da localização muito variável das precipitações. A cerca impede a dispersão dos animais de uma comunidade para outra e aumenta os riscos de déficit forrageiro ou hídrico. De maneira geral, esse tipo de estratégia marca um fechamento comunitário em relação à dinâmica supracomunitária do Comitê. Será isto uma consequência do reconhecimento da propriedade que, mesmo coletiva, marca uma forma de exclusão, ou pelo menos de fechamento do espaço?

No entanto, até hoje, nenhuma comunidade de Massaroca optou pela privatização ou pela “redistribuição” individual das áreas comuns, como foi o caso em outras áreas, inclusive com ocorrência de conflitos (Garcez, 1987). Sensível às evoluções em curso, o Comitê abriu uma linha de crédito para as associações comunitárias dedicada a financiar investimentos coletivos. A maior parte das associações beneficiou-se com infra-estruturas hídricas (cisternas, poços, cata-vento para bombeamento, entre outros). Apenas duas delas optaram por utilizar seus recursos para cercar o fundo de pasto.

¹⁴ Ao contrário das comunidades de Lagoa do Meio e de Juá, seu fundo de pasto está incluído no primeiro traçado do projeto de irrigação *Salitrão*.

Em todos os casos, a realização de investimentos e o pagamento do imposto fundiário¹⁵ são fontes de problemas decorrentes do fato de que os produtores não contribuem em função do uso feito por eles das áreas comuns, mas de maneira igual entre cada família (Caron et al., 1994). Em consequência, as famílias que possuem os maiores rebanhos são mais beneficiadas. Os projetos de interesse coletivo servem também às estratégias individuais. No caso de Lagoinha, por exemplo, o argumento utilizado pelo presidente da associação para justificar a contribuição equivalente de cada família para o imposto é uma hipotética distribuição igualitária das terras em caso “da chegada do projeto de irrigação”.

ANÁLISE E ENSINAMENTOS DA EXPERIÊNCIA DE MASSAROCA

Vinte anos depois: a necessidade de elaborar novas regras comuns

Voltamos a analisar a situação das comunidades camponesas de Massaroca em 2003, vinte anos depois da criação da primeira associação comunitária e dez anos depois do nosso primeiro estudo sobre o fundo de pasto.

O programa de preservação dos fundos de pasto mostra uma limitação dos processos de diferenciação econômica e de exclusão social, preservando o sistema de produção fundado na pequena criação extensiva, protegendo várias famílias camponesas do êxodo. Mas foi apenas um prazo; outros questionamentos e desafios apareceram.

Primeiro, houve o problema da cobrança de um imposto fundiário bem mais elevado para terras não cultivadas. Em decorrência de uma lei federal das mais justas, destinada a combater a especulação e a existência de grandes domínios improdutivos, as terras não cultivadas como o fundo de pasto são bem mais taxadas. Em se tratando das terras de fundo de pasto recentemente atribuídas, tal majoração do imposto, obrigando os pequenos produtores a pagarem por milhares de hectares de áreas comuns, é insustentável. Sua aplicação é irracional no contexto local, pois essas terras de pastagem natural são, freqüentemente, impróprias para a cultura de sequeiro. Há contradição entre a legislação federal e o uso local dos recursos, entre a lei e a prática no campo.

As consequências podem ser consideráveis. Para ter acesso aos empréstimos subsidiados no âmbito da reforma agrária, as comunidades devem quitar o imposto fundiário. Às vezes, as dívidas atrasadas com o Instituto

¹⁵ O imposto é quitado apenas em caso da existência de um título de propriedade.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) são tão altas que o montante de imposto pode ser comparável aos empréstimos solicitados. Assinalado como uma constante por Bourbouze e Rubino (1992), trata-se “de uma profunda inadequação entre as legislações e as práticas realmente adotadas... sendo necessário ‘reavaliar, revisar, completar os dispositivos legislativos atuais denunciados como confusos, desiguais, inaplicáveis...’ é importante que um regime jurídico claro possa ser substituído por dispositivos administrativos favorecendo a implementação de modos de gestão adaptados”.

Segundo, houve questões de identidade e de solidariedade de classe. De fato, as comunidades de Massaroca mobilizaram seu comitê em torno de problemas fundiários que não podiam ser resolvidos em nível local ou regional. O Comitê, até então, relativamente isolado e fora das grandes organizações sindicais e profissionais, endossou as reivindicações relativas à reforma agrária e ao crédito. E foi um choque para camponeses vaqueiros do sertão o fato de sentirem-se associados ao Movimento dos Sem-Terra durante os debates pela reforma agrária. Foi também uma ocasião para descobrir a força das articulações e o interesse para tratar as questões relevantes da jurisdição federal no âmbito apropriado, ou seja, por meio das instâncias profissionais nacionais, em Brasília. Para as comunidades de Massaroca, isso pode ser uma oportunidade de extensão da reciprocidade camponesa, motivada por um novo contexto, o de uma aliança necessária com um movimento social em escala nacional (Sabourin et al., 2001).

De modo geral, a reclusão de identidade em torno da propriedade, seja ela individual, familiar ou coletiva, constitui uma das formas de alienação das dinâmicas de reciprocidade que, para serem vitoriosas, devem ser generalizáveis e ampliadas (Temple, 1997). Uma das razões que prevaleceram, até o momento, na manutenção da identidade familiar das comunidades é o temor de ver instalar-se no povoado um produtor de fora (com a chegada da irrigação) ou um fazendeiro que reivindique o direito à apropriação individual de uma parte das terras de fundo de pasto.

Terceiro, os invasores não desistiram. Há casos de cercamento ilegal e de invasão (grilagem) por fazendeiros nos limites com as grandes propriedades vizinhas. Existem fugas e perdas de gado por roubo ou por fuga do gado da comunidade acompanhando a retirada dos animais de fora. Durante os períodos de seca houve convites para os rebanhos de parentes e compadres distantes por sócios das associações. Em alguns casos, sócios das comunidades fizeram negócios aceitando, contra remuneração, a entrada de rebanhos de grandes proprietários de áreas vizinhas. Por fim, existem alguns casos de membros da associação que cercam a área, ultrapassando os seus limites individuais. De fato, o Comitê das Associações não sabe como limitar esses convites abusivos, por conta da tradição de hospitalidade e dos laços entre famílias.

Entretanto, um diagnóstico mais aprofundado mostra que os maiores questionamentos ligados ao manejo dos recursos forrageiros disponíveis são internos: em Massaroca, houve um aumento da pressão sobre o recurso comum, por meio do crescimento dos rebanhos (Tabela 3.4). Os fundos de pasto estão ameaçados de ser aproveitados de forma desigual pelas famílias com grandes rebanhos, se essas não autolimitam o seu acesso ou o número de animais. Existe uma grande diferença entre os pequenos criadores de Massaroca (50/60 ovinos ou caprinos) e as famílias que reúnem mil cabeças ou mais. De fato, o modelo dos grandes rebanhos associado às grandes fazendas continua sendo uma referência forte. Atualmente, cabe de novo negociar a mudança das regras de acesso e de uso dos fundos de pasto entre as associações e com as comunidades vizinhas, o que é seguramente o mais difícil. Algumas propostas estão sendo discutidas em Massaroca:

- a) Cercar os fundos de pasto “por fora” do lado dos principais invasores e ao longo da estrada federal BR 154.
- b) Reorganizar o regulamento e as normas de uso entre as famílias de uma mesma comunidade (no nível das associações) e entre as comunidades ao nível do Comitê, com controle do acesso.
- c) Não autorizar o cercamento de áreas individuais quando impede o acesso dos vizinhos ao fundo de pasto.

Tabela 3.4 Estimativa de rebanhos por comunidade em 2000

Comunidade	Área fundo de pasto	Ovinos	Caprinos	Bovinos	UA
Cachoeirinha	1.336	3.000	4.000	350	2.250
Caldeirão de Tibério	700	1.000	500	100	400
Canoa	120	700	1.000	40	380
Cipó	1.203	1.800	2.000	85	850
Curral Novo	1.394	3.500	2.500	400	2.100
Juá saquinho		500	3.000	250	
Lagoinha	2.246	1.500	5.500	600	2.000
Lagoa Meio	2.500	2.000	3.000	500	1.500
Lagoa Angico	0	1.600	2.500	1.300	2.120
Total	9.499	15.600	24.000	3.300	11.600

Fonte: Diagnóstico rural participativo realizado pela Associação de desenvolvimento e Ação Comunitária, ADAC, junho 2000.

Em função das modificações do contexto (mercado, tecnologias, pluviometria, pressão demográfica e carga animal), os criadores de Massaroca são novamente confrontados diante do dilema da gestão das pastagens comuns. Além do modelo da superexploração dos comuns estudado por

Hardin (1968), o desafio é saber se mais uma vez as comunidades vão encontrar modalidades de regulação institucional por meio da elaboração de novas normas de compartilhamento do recurso ou de reciprocidade (Ostrom, 1998).

Permanência e transformação de uma agricultura camponesa

O caso de Massaroca, pela permanência do manejo coletivo dos fundos de pasto, constitui uma situação peculiar no marco da agricultura familiar brasileira, embora não se trate de uma situação isolada no Sertão norte da Bahia (Garcez, 1987).

São testemunhas da existência atual de comunidades camponesas que, de fato, correspondem às características essenciais do modelo das sociedades camponesas de Mendras (2000):

- a) a relativa autonomia da comunidade local com relação à sociedade global envolvente;
- b) uma vida social e econômica estruturada pelo grupo doméstico;
- c) a autonomia econômica parcial, associando produção e consumo sem contabilização do trabalho familiar, destinando-se os excedentes ao mercado;
- d) relações de interconhecimento e de proximidade;
- e) papel de mediação de agentes externos com a sociedade envolvente.

De fato, atualmente, os políticos locais e as ONGs têm-se substituído ao proprietário ou ao coronel, mas certos mecanismos de mediação e de dominação subsistem. A descentralização brasileira corresponde também a uma municipalização dos recursos federais e estaduais para saúde, educação, transporte e, agora, para o desenvolvimento rural com o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Para ter acesso a tais recursos, as comunidades rurais dependem de relações clientelistas (de voto) por meio de cabo eleitoral, de vereadores, ou, até melhor, reduzindo o número de intermediários, diretamente com o prefeito. Para as comunidades mais organizadas, uma das raras alternativas é diversificar as fontes de apoio por meio dos recursos federais ou internacionais. A mediação passa, então, por ONGs que têm uma tendência natural para manter as suas fontes de financiamento e de consultoria e instrumentalizar a seu favor os projetos ou as organizações camponesas que apóiam.

Podemos verificar a validade e a robustez do modelo das sociedades camponesas, aliás, confirmada por Ellis (2000) em trabalhos recentes, ou lamentar que, apesar de uma relativa autonomia e segurança alimentar, permaneçam relações de dominação e de exploração.

A experiência de Massaroca e, de maneira geral, a preservação dos fundos de pasto do lado baiano do vale do rio São Francisco têm a ver com a associação de dois elementos-chave: a resistência, há vinte anos, à ilusão da salvação pelo modelo da irrigação do qual os camponeses se sabiam excluídos e o sentimento compartilhado de que a manutenção dos fundos de pasto era essencial para se preservar seu sistema de produção. Mas era preciso também pensar no futuro dos filhos. Portanto, ao mesmo tempo em que as associações resistiam à própria exclusão pela difusão da irrigação, negociaram a aprendizagem da pequena irrigação de cata-ventos associados a poços nos aluviões. A aprendizagem individual e coletiva abriu novos caminhos e fortaleceu a capacidade de elaboração de novas estratégias e de novas regras. Para o Comitê, é preciso preservar a base do sistema de pecuária em torno dos fundos de pasto. Coletiva ou individualmente, os produtores investiram em alternativas técnicas (reservas estratégicas de forragem e de caatinga, alimentação e seleção dos animais), mas também apostaram na diversificação: frutas (pequenas áreas de produção de maracujá irrigado, valorização do umbu) e transformação da carne caprina e ovina de qualidade (projeto de “bode do sertão agroecológico”).

O Comitê reivindicou a instalação de uma extensão da adutora que traz água do rio São Francisco para a mina de Carraíba Metais, para trazer água potável às comunidades. Os passos sucessivos permitiram a obtenção de energia elétrica, de recursos da cooperação internacional para criar uma escola rural, de transporte escolar etc. Em dez anos, várias inovações coletivas ou compartilhadas abriram caminho para uma diversificação e intensificação da produção.

Essas estratégias bem camponesas de diversificação, visando reduzir os riscos, foram adotadas pelos agricultores de Massaroca e por suas organizações. Ao mesmo tempo, aumentou a dependência dos apoios e recursos externos e, em particular, daqueles que dependem da mediação dos políticos locais (Sabourin et al., 1996).

De um lado, a associação moderna, com personalidade jurídica, relaciona-se com as instituições de desenvolvimento. Permite o acesso ao crédito, aos subsídios, à lógica do intercâmbio e do mercado, mas também à representação formal da população camponesa e ao poder. De outro lado, as estruturas da comunidade permitem o jogo de relações de proximidade, as relações de patrocínio político, de compadrio, as redes interfamiliares, mas também o acesso às redistribuições clientelistas da política municipal ou estadual, por exemplo, durante as grandes secas de 1983, 1993 e 1998. Como estrutura camponesa, permite o funcionamento de relações de reciprocidade vertical (com as autoridades políticas) ou horizontal (entre comunidades e famílias), mesmo num contexto administrativo e jurídico hostil, que não reconhece as regras da reciprocidade.

A habilidade dos responsáveis pelo Comitê de Massaroca é de ter sabido gerir a interface entre lógicas locais camponesas de reciprocidade e lógicas de concorrência e de troca. Isto foi possível com o domínio das regras das duas lógicas. Para a gestão dos recursos coletivos, das relações de proximidade, das alianças, dos apadrinhamentos políticos e das redes familiares, o Comitê apoiou-se na comunidade e no mutirão. Para negociar o apoio à produção agropecuária, à sua valorização no mercado ou para ter acesso a infra-estruturas coletivas, ao crédito etc., o Comitê apresentou-se como uma federação de associações de produtores profissionais (Sabourin et al., 1996).

Há continuidade e até modernização das relações de reciprocidade de modo a garantir formas de coesão social ou de proximidade, praticáveis em um novo contexto e de maneira a aproveitar novas oportunidades. Tal aprendizagem não acontece sem tensões entre os indivíduos e os grupos que entravam na coordenação, mas podem ser resolvidas pela construção de novas regras. Estas dependem, às vezes, de intervenções externas para facilitar o reconhecimento de objetos ou de objetivos comuns. Com frequência, a solução passa por novas formas de organização e pelas definições de ações locais ou territoriais. Esse tipo de dispositivo permite uma abertura externa para projetos mais vastos, uma escala de organização mais ampla (federação), e para alianças específicas, técnicas, políticas (redes sociopolíticas e sociotécnicas). Neste sentido, existe uma atualização da dinâmica de reciprocidade camponesa. É o que expressam os camponeses de Massaroca que participam das trocas com sem-terras do sul do Brasil ou produtores das *garrigues* francesas.

O presidente do Comitê lembra também a importância do plano simbólico. Os agricultores de Massaroca viram-se projetados na mídia pelo programa Globo Rural que apresentou, em 1991, a sua experiência de resistência à seca. A partir dessa data, os camponeses de Massaroca passaram a ter uma existência (global) para os poderes públicos, para Juazeiro e para o resto do Brasil. Dando a conhecer a sua capacidade de convívio com a seca, conseguiram motivar apoios privados e, logo, públicos, e, como diz o presidente do Comitê, “acabamos por nos convencer, nós mesmo, da importância e do valor da nossa agricultura”. Em plena seca de 1998, quase dez anos mais tarde, o jornalista da TV Globo voltou a Massaroca para filmar a evolução de uma seca para outra. A estiagem de 1998 foi bem pior para a região de Juazeiro que aquela de 1990, mas parecia não ter afetado tanto as comunidades de Massaroca. Os agricultores mostraram, entre diversas inovações, a Escola Rural, funcionando no princípio da pedagogia da alternância entre “estudo e trabalho na unidade familiar”. Lembraram que, para os jovens, migrar para São Paulo não era mais o projeto prioritário, porque aprenderam a lutar para criar alternativas de renda “no nosso sertão”. A agricultura camponesa em Massaroca existe, também, por conta da força dessa afirmação voluntarista, identitária e política da sua viabilidade

(Tonneau, 1994). Para Bourdieu (1987), existia a preocupação de criar “uma sociologia da construção das visões do mundo que possam contribuir, por elas mesmas, para a construção desse mundo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos fundos de pasto de Massaroca mostra novas diversidades e especificidades em relação ao quadro geral da evolução fundiária do Nordeste do Brasil. Nunca se assiste à repetição da história de forma idêntica, e a apropriação das terras por meio da cerca, generalizada no Nordeste no curso do século XX, representa apenas um dos futuros possíveis das terras de fundo de pasto que ainda existem. Outras formas de manejo são consideradas, pelo menos na Bahia. O estudo das estratégias dos camponeses e das suas organizações revela evoluções rápidas do seu comportamento, uma incontestável flexibilidade do aparelho do Estado contrastando com a natureza dos textos regulamentares em vigor e o surgimento de novos intermediários locais em lugar das tutelas tradicionais.

Experiências como a de Massaroca trazem lições técnicas e jurídicas, no momento em que o Brasil, sociedade e Estado confundidos vêem-se obrigados a repensar a política de reforma agrária. Os projetos de legalização dos fundos de pasto oferecem referências práticas e institucionais para a região Nordeste e para outras zonas agro-silvo-pastoris do país como as “terras gerais” do norte do Estado de Minas Gerais (áreas de caatinga ou de cerrados), as pastagens “comuns” no Paraná, ou ainda para as zonas agro-florestais da Amazônia: áreas comunitárias ou municipais de extrativismo e de preservação ambiental.

O quadro proposto para analisar a construção da organização permite articular mudanças sociais, mudanças técnicas e contexto institucional ou, em outros termos, evoluções endógenas e intervenções externas. As transformações institucionais observadas em Massaroca são características de várias dinâmicas de evolução no Nordeste todo. Elas traduzem diversas formas de gestão da passagem de uma economia camponesa regulada pela reciprocidade para sistemas mistos, mais integrados ao mercado regional e ainda marcados pelas regras da sociedade camponesa (Wanderley, 2003). Além da clássica oposição entre comunidade e sociedade ou de esquemas redutores de tipo subsistência/integração ao mercado ou pré-capitalista/capitalista, temos uma situação de coabitação e de negociação entre valores e mundos diferentes.

Finalmente, a experiência de Massaroca ilustra a noção de desenvolvimento territorial, entendida como o aumento da capacidade dos atores locais para controlar as evoluções do seu território. Massaroca constitui, neste sentido, uma referência, num momento de mobilização da abordagem

territorial. Este caso oferece a possibilidade de se refletir sobre as modalidades de uma intervenção que vem fortalecer e enriquecer as dinâmicas locais em vez de pretender difundir soluções baseadas numa participação decretada. Mostra, sobretudo, como essa capacidade de antecipação e domínio das evoluções de um território depende de processos de transformação camponesa e, ao mesmo tempo, produz novas transformações a adaptações do modelo camponês. Confrontadas a um contexto novo, formas de organização, valores e práticas estão sendo (des)construídas e (re)construídas. O manejo dos fundos de pasto cristaliza aqui esse tipo de processo. Levou a novas intermediações com o ambiente externo, a efeitos multiplicadores. Exigiu a aprendizagem de novas práticas e de novas regras, assim como a aprendizagem da capacidade de elaboração dessas regras novas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. *Caderno do NAEA*. (10), p.163-96, 1989.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.
- BOURDIEU, P. *Choses dites*. Paris: Editions de Minuit, 1987.
- BOURBOUZE, A., RUBINO, R. Grandeur, décadence... et renouveau sur les terres utilisées en commun dans les pays de la Méditerranée. In: _____ (eds.). *Terres collectives en Méditerranée*. Roma: FAO/Réseau Parcours Euro-africain, 1992.
- CARON, P. *Espace, élevage et dynamique du changement. Analyse, niveaux d'organisation et action. Le cas du Nordeste semi-aride du Brésil*. Université Paris X – Nanterre, 1998. (Thèse de Doctorat en Géographie).
- _____. Modélisation graphique et chorèmes: la gestion des parcours collectifs à Massaroca (Brésil du Nordeste). *Mappemonde*, v.62, n.2, p.17-21, 2001.
- _____, SABOURIN, E. (ed.). *Camponeses do sertão*. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa-Sct, Cirad, 2003.
- _____, PREVOST, F., GUIMARAES FILHO, C., TONNEAU, J. P. Prendre en compte les stratégies des éleveurs dans l'orientation d'un projet de développement: le cas d'une petite région du Sertão brésilien. In: *International Symposium on Livestock Farming Systems*, 1992. Zaragoza, Espanha: EAAP, 1994.
- CHOUDENS, N. de. *Etude de l'impact sur le terrain du projet de recherche-développement de Massaroca*. Montpellier, 1992. Dissertação – CNEARC-ESAT/CIRAD-SAR.
- ELLIS, F. The determinants of rural livelihood diversification in developing countries. *Journal of Agricultural Economics*, v.51, n.2, p.289-302, 2000.
- FREIRE VIEIRA, P., WEBER J. (orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FURTADO, C. *O Brasil pós-"milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GARCEZ, A. N. *Fundos de pasto: um projeto de vida sertanejo*. Salvador: Interba, CAR, 1987.
- _____, SENA, C. P. de. *Juazeiro, trajetória histórica*. Juazeiro: Gráfica Gutenberg, 1992.
- HARDIN, G. The tragedy of the Commons. *Science*, p.1243-8, 1968.

- LANNA, M. P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- LENA, P., GEFFRAY, C., ARAUJO, R. (dir.). *L'oppression paternaliste au Brésil*. In: *Lusotopie*, p.105-354, 1996.
- LEVI-STRAUSS, C. *Les structures élémentaires de la parenté, les cycles de la réciprocité*. La Haye: Mouton, 1967 [1947].
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- . *L'invention de la paysannerie*. *Revue Française de Sociologie*, n.41-3, p.539-52, 2000.
- OSTROM, E. A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action. *American Political Science Review*, v.92, p.1-22, 1998.
- POLANYI K. *A grande transformação – as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 [1944].
- PRADO JÚNIOR, C. *Contribuição para análise da questão agrária no Brasil*. n.28. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- SABOURIN, E. Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa. In: CARON P., SABOURIN, E. (eds.). *Camponeses do sertão*. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa-Sct, Cirad, 2003.
- . Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil). *Revista Ibero americana de Autogestión y acción comunal*, n.35-36-37, p.101-12, 2001a.
- . Ação coletiva, reciprocidade e organização dos produtores no Nordeste semi-árido. *Antropolítica*. v.8, p.41-58, 2001b.
- , CARON, P., SILVA, P. C. G. Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca-Bahia. *Cahiers de la Recherche-Développement*. v.42, p.5-27, 1995.
- , TONNEAU, J. P., CARON, P. Seu Neném, leader paysan à Massaroca (Bahia, Brésil): une trajectoire nordestine. *Cahiers de l'APAD*. v.11, p.102-7, 1996.
- , CARON, P., SILVA, P. C. G. O manejo dos fundos de pasto no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. *Raízes*. v.20, p.90-102, 2001.
- SILVA, P. C. G. da, CARON, P., SABOURIN, E., HUBERT, B., CLOUET, Y. Contribution à la planification du développement sans objectif final: proposition pour la région Nordeste, Brésil. In: *Symposium Recherches-Systeme en Agriculture et Développement Rural*, Montpellier. AFSR/CIRAD, Proceedings, p.199-205, 1994.
- , SABOURIN, E., CARON, P., HUBERT, B. Estudo de trajetórias de desenvolvimento local e da construção do espaço rural no Nordeste semi-árido. *Agricultura familiar*. v.2, n.2, p.5-27, 2000.
- TEMPLE, D. *La dialectique du don*. Essai sur l'économie des communautés indigènes. Paris: Diffusion Inti, 1983.
- . *L'économie humaine*. *La revue du MAUSS*, v.1, n.10, p.103-9, 1997.
- TONNEAU, J. P. *Modernisation des espaces ruraux et paysanneries, le cas du Nordeste du Brésil*. Nanterre: Université Paris X, 1994. Tese (Doutorado em Geografia).
- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Estudos Sociedade e Agricultura* (Rio de Janeiro), n.21, 2003.